



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

184
top

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento: n. 297.878-7

Embargante: Cooperativa de Transporte de Açúcar e Cargas em Geral de Pernambuco Ltda.

Embargado: Windrose Serviços Marítimos e Representações Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA PREQUESTIONAMENTO – OMISSÕES – INEXISTENTES – REDISCUSSÃO DO JULGADO – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS REJEITADOS.

1. Segundo previsão contida no art. 535 do CPC, em regra, os embargos de declaração são inservíveis para rediscutir o julgado, possuindo apenas função integrativa.
2. O embargante requer prequestionamento sobre matérias explicitamente abordadas no julgado embargado.
3. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Embargos de Declaração n. 297878-7, em que figuram como embargante **Cooperativa de Transporte de Açúcar e Cargas em Geral de Pernambuco Ltda** e como embargado **Windrose Serviços Maritimos e Representações Ltda.**, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator

33

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL**181
102**Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento: n. 297. 878-7**

Embargante: Cooperativa de Transporte de Açúcar e Cargas em Geral de Pernambuco Ltda.

Embargado: Windrose Serviços Marítimos e Representações Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

A Cooperativa de Transportes de Açúcar e Cargas em Geral de Pernambuco Ltda. interpôs embargos de declaração contra acórdão de fls.162/162v.

Referido acórdão, negou provimento ao seu recurso de agravo de instrumento, mantendo a decisão proferida pelo Juiz *a quo* no sentido de não se encontrar prescrita a ação de regresso movida pela Windrose Serviços Marítimos e Representantes Ltda., ora embargada.

O acórdão embargado foi assim ementado:

"EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE TRANSPORTE. AÇÃO REGRESSIVA DO TRANSPORTADOR CONTRA TERCEIRO CONTRATADO PARA REALIZAR O TRANSPORTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PRAZO PRESCRICIONAL PARA AÇÃO DE REGRESSO NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. PRAZO PARA A TRANSPORTADORA PLEITEAR AÇÃO REGRESSIVA É DE TRÊS ANOS CONFORME INCISO V, § 3º DO ART. 206 DO CC. AUSÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE, DA LEGALIDADE, DA ESPECIALIDADE, AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL, AO ART. 205 DO CC, AO ART. 18 DA LEI FEDERAL 11.442/2007, AO ART. 29 DA RESOLUÇÃO 3.056/09 DA ANTT. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. RECURSO NEGADO PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A matéria é regida no art. 8º e seu parágrafo único da Lei 11.442/2007 e no § 6º do art. 25, da Resolução 3.056/09 da ANTT, não estabelecendo referidos textos legais prazo prescricional para a ação de regresso, mas, tão somente para ação de reparação de danos.

2. Na ausência de prazo prescricional determinado na Lei específica deve-se aplicar o prazo prescricional, previsto no inciso V, do §3º, do art. 206 do Código Civil, como fez o Juiz *a quo* em sua decisão.

3. Inexistência de afronta aos princípios da igualdade, da legalidade, da especialidade, aos arts. 2º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, ao art. 205 do CC, ao art. 18 da Lei n. 11.442/2007 e ao art. 29 da Resolução 3.056/09 da ANTT.

4. Ação de regressiva ajuizada dentro do prazo, ausência de prescrição.

5. Agravo de Instrumento negado provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 297.878-7, em que figuram como Agravante Cooperativa de Transporte de Açúcar e Cargas em Geral de Pernambuco Ltda., e como Agravada Windrose Serviços Marítimos e Representações Ltda., **ACORDAM**, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o

seguinte: "À unanimidade de votos negou-se provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráfica e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado".

Em suas razões recursais, a Cooperativa de Transportes, embargante, pugna pelo prequestionamento dos seguintes diplomas legais (fls.170/174):

Art. 5º, caput e inciso II da Constituição Federal;

Art. 18 da Lei Federal n. 11.442/07;


Art.29 da Resolução n. 3056/09, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

Arts. 2º parágrafo primeiro e art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), atualmente Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB);

Art. 205 do Código Civil Brasileiro.

É o Relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

29.1.14


EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL**182
[assinatura]**Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento: n. 297.878-7**

Embargante: Cooperativa de Transporte de Açúcar e Cargas em Geral de Pernambuco Ltda.

Embargado: Windrose Serviços Marítimos e Representações Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Conforme estatui o art. 535 do CPC, as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração dizem respeito tão somente a omissão, contradição e obscuridade.

Como informado no relatório, o Embargante maneja o presente recurso sob o argumento de prequestionar os seguintes diplomas legais:

"Art. 5º, caput e inciso II da Constituição Federal;

Art. 18 da Lei Federal n. 11.442/07;

Art.29 da Resolução n. 3056/09, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

Arts. 2º parágrafo primeiro e art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), atualmente Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB);

Art. 205 do Código Civil Brasileiro".

Referidos artigos foram devidamente apreciados no Acórdão de fls. fls.162/162v., assim como no Voto por mim proferido conforme trecho abaixo transcrito:

*"(...)**O cerne da lide consiste em saber da ocorrência ou não da prescrição do direito de regresso da transportadora Windrose/agravada, contra a Cooperativa de Transporte/agravante na qualidade terceira contratada.**O Juiz a quo rejeitou a prescrição arguida pela agravante, sob o fundamento de não se tratar de reparação de danos oriundos do contrato de transporte, e, sim, de direito de regresso, cujo prazo prescricional é de três anos (inciso V, do § 3º do art. 206 do CC).**A agravante interpôs o presente recurso alegando tratar-se de um contrato de transporte, tendo a decisão agravada ao rejeitar a prescrição da ação de regresso infringido os princípios da igualdade, da legalidade, da especialidade (arts. 2º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, ao art. 205 do CC), ao art. 18 da Lei Federal 11.442/2007 e ao art. 29 da Resolução 3.056/09 da ANTT.**Verifico na petição inicial da ação de regresso ter a empresa CECRISA contratado os serviços de transporte e armazenagem de cargas e contêiner da Windrose/agravada (fl.91).**Por sua vez a Windrose/agravada contratou, a Cooperativa de Transporte/agravante para fazer o transporte de uma carga pertencente à CECRISA (fl. 93).*

Em decorrência de um acidente ocorrido em 11/3/2008, com o caminhão conduzido pela Cooperativa de Transporte/agravante danificando a carga, a Windrose/agravada teve que pagar pelos danos causados a CECRISA.

Desta forma, a Windrose/agravada ajuizou em 4/3/2011, ação de regresso objetivando receber da Cooperativa de Transporte/agravante o valor pago a CECRISA.

No presente caso, não se trata de pleito de reparação de danos decorrente do contrato de transporte, e, sim, de direito de regresso pelo valor pago pela Windrose/agravada a título de indenização a empresa CECRISA, ou seja, uma reparação civil.

A matéria encontra-se disposta no art. 8º e seu parágrafo único da Lei 11.442/2007, e, não, como alega a Cooperativa de Transporte/agravante no art. 18 da mencionada Lei.

Dispõem os arts. 8º e 18º da Lei n. 11.442/2007:

"Art. 8º O transportador é responsável pelas ações ou omissões de seus empregados, agentes, prepostos ou terceiros contratados ou subcontratados para a execução dos serviços de transporte, como se essas ações ou omissões fossem próprias.

Parágrafo único. O transportador tem direito a ação regressiva contra os terceiros contratados ou subcontratados, para se ressarcir do valor da indenização que houver pago.

(...)

Art. 18. Prescreve em 1 (um) ano a pretensão à reparação pelos danos relativos aos contratos de transporte, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano pela parte interessada." (Original sem destaque)

Assim, depreende-se do texto legal em seu parágrafo único do art. 8º, ser possível o transportador requerer em sede de ação de regresso o valor pago a título de indenização, não fixando prazo prescricional para tal.

É cristalino que o prazo prescricional de um ano fixado no art. 18, do texto legal acima transcrito, é para pleitear a indenização pelos danos sofridos decorrentes do contrato de transporte, ou seja, para no presente caso, a empresa CECRISA ter pleiteado os danos sofridos decorrentes do acidente com sua carga.

Porém, a ação da Windrose/agravada, é de regresso pelo valor pago a CECRISA a título de indenização, incidindo na hipótese do parágrafo único do art. 8º da Lei 11.442/2007, não estabelecendo referido artigo prazo prescricional.

Da mesma maneira a Resolução 3.056/09 da ANTT, trata o assunto em seu § 6º do art. 25, não cabendo ao presente caso a aplicação do art. 29 da referida Resolução como alega o agravante.

Dispõem o § 6º do art. 25, e o art. 29 da Resolução 3.056/09 da ANTT:

"Art. 25. Com a emissão do Conhecimento de Transporte, o transportador assume perante o contratante a responsabilidade:

(...)

§ 6º O transportador tem direito a ação regressiva contra os terceiros, contratados ou subcontratados, para se ressarcir do valor da indenização que houver pago.

(...)

Art. 29. Prescreve no prazo de um ano a pretensão para a reparação pelos danos relativos aos Contratos ou Conhecimento de Transporte, iniciando-se a contagem a partir do conhecimento do dano pela parte interessada. "(Original sem destaques)

Como se depreende da Resolução, acima transcrita, a matéria é regida em seu § 6º do art. 25, da mesma maneira da Lei n. 11.442/2007, não estabelecendo prazo prescricional para a ação de regresso, mas, tão somente para ação de reparação de danos.

183
106

Ao contrário do alegado pela Cooperativa de Transporte/agravante, a decisão do Juiz a quo não afronta aos princípios da igualdade, da legalidade, da especialidade (arts. 2º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, ao art. 205 do CC), pois, como já restou esclarecido nem a Lei n. 11.442/2007 e nem a Resolução 3.056/09 da ANTT, fixam prazo prescricional para a ação de regresso.

Na ausência de prazo prescricional determinado na Lei específica deve-se aplicar o prazo prescricional, previsto no inciso V, do §3º, do art. 206 do Código Civil, como fez o Juiz a quo em sua decisão agravada.

O inciso V, do §3º, do art. 206 do Código Civil, dispõe prescrever em três anos a pretensão de reparação civil.

Neste sentido nossos Tribunais:

"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRANSPORTADORA. EMPREGADO. AÇÃO DE REGRESSO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESISTÊNCIA DO RECURSO. TRÂNSITO EM JULGADO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. 1. Ação indenizatória: condenação da transportadora, diante do reconhecimento da culpa de seu empregado, motorista do caminhão, para o sinistro. 2. Trânsito em julgado: sentença que decidiu com base na culpa concorrente do motorista do caminhão e no motorista do automóvel das vítimas. Apelo da transportadora e recurso adesivo das vítimas. Trânsito em julgado, com a homologação da desistência do recurso. 3. Termo inicial da prescrição: o prazo para ajuizamento da ação regressiva é o trienal previsto no art. 206, § 3º, V, do Código Civil, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória. Precedentes. 4. Decretação de ofício: ação de regresso ajuizada três anos e quatro meses após o trânsito em julgado da ação indenizatória. Por se tratar de matéria de ordem pública, é viável a decretação da prescrição "ex officio". Precedentes. Julgado extinto o processo, com resolução do mérito. Prejudicado o apelo. (TJ/RS Apelação Cível Nº 70035775428, Décima Segunda Câmara Cível, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 10/11/2011)" (Original sem destaques)

E, ainda:

"Ação de cobrança - Empresa contratada para realização de serviços de transporte - Danos causados aos móveis - Pagamento de indenização -Regresso - Prescrição afastada - O prazo de três anos começa a fluir da data do pagamento da indenização ao consumidor - Instauração de procedimento administrativo - Desnecessidade -Expediente de apuração dos danos acompanhado por prepostos dos réus - Danos demonstrados -Obrigação de indenizar - Lide secundária - Os termos do contrato firmado entre o denunciante e o litisdenunciado não permite a conclusão de que a seguradora seja obrigada a ressarcir os danos a que foi o réu obrigado a ressarcir - Recurso desprovido. (TJ/SP, Relator: Maria Laura de Assis Moura Tavares, Data de Julgamento: 05/07/2010, 11ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 15/07/2010)" (Original sem destaques)

A Cooperativa de Transporte/agravante na qualidade de terceira foi contratada pela Windrose/agravada, para realizar o transporte da mercadoria da CECRISA.

A Windrose/agravada em face do acidente sofrido pela Cooperativa de Transporte/agravante em 11/3/2008 teve que pagar a CECRISA pelos prejuízos causados.

Em sendo o prazo prescricional de três anos para o ajuizamento da ação de regresso, e, tendo a Windrose/agravada ajuizado referida a ação em 4/3/2011, a mesma não se encontra prescrita.

Ante o exposto, nego provimento ao presente mantendo a decisão agravada em todos os seus termos.

(...)” (Original sem destaques)

Assim, não há qualquer omissão no acórdão recorrido, pois, restou devidamente demonstrado ser o prazo prescricional de três anos para o ajuizamento da ação de regresso, e, tendo a Windrose/embargada ajuizado referida a ação em 4/3/2011, a mesma não se encontra prescrita.

Como visto, não existe qualquer razão para interposição dos presentes embargos de declaração, mesmo sob o fundamento de prequestionamento.

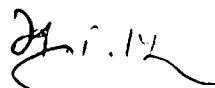
O que se vê no presente caso é a tentativa de rediscussão de matéria apreciada no acórdão que julgou o recurso de agravo de instrumento n. 297.878-7, não sendo permitido por esta via recursal.

Portanto, por não padecer de nenhuma omissão a decisão guerreada, não há sustentáculo para as alegações do Embargante/Cooperativa de Transportes.

Face ao exposto, **REJEITO** os embargos de declaração, para manter a decisão embargada pelos seus próprios termos.

É como voto.

Recife,



Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator